

# Lições do Equador para o impasse climático no Brasil<sup>1</sup>

Julia Paletta Crespo<sup>2</sup>

A passagem do presidente Lula na Assembleia Geral das Nações Unidas menciona a necessidade de reduzir a dependência fóssil. No entanto, o quão transformadores podemos ser baseando decisões de Estado em motivações disfuncionais e de curto prazo?

As lições deixadas pelo projeto Yasuní, na Amazônia equatoriana, são uma fonte de aprendizado para dar resposta ao dilema da política climática-energética brasileira. A encruzilhada atual se define pela contraposição entre a decisão em avançar na exploração de petróleo na Foz do Amazonas e entre a constituição de uma coerência necessária para assumirmos um papel relevante na liderança da agenda climática global. Isso tudo, às vésperas do país sediar a COP30, que terá entre seus temas principais a preservação da Amazônia.

A iniciativa Yasuní ITT1 foi lançada em 2007 pelo então presidente do Equador, Rafael Correa. O projeto tinha como objetivo mobilizar a comunidade internacional em torno de um modelo de preservação ambiental inédito no planeta, conservando um dos biomas mais biodiversos do mundo, o parque nacional do Yasuní (reconhecido como reserva da biosfera pela Unesco). O mecanismo funcionava da seguinte forma: o Equador manteria inexplorados 850 milhões de barris de petróleo dos blocos ITT, localizados dentro do parque, conservando um dos biomas mais biodiversos do mundo. Em contrapartida, cobrava da comunidade internacional 50% das receitas fiscais que seriam arrecadadas se o Equador produzisse tais recursos fósseis.

Além de evitar milhões de toneladas de emissões resultantes da queima de petróleo, o projeto protegeria a biodiversidade local e as populações indígenas que vivem em isolamento voluntário no parque, conservando ainda um importante sumidouro de carbono. Em 2013, o projeto foi cancelado por falta de apoio internacional e, por conseguinte, a atividade petrolífera avançou.

O episódio marcou a falta de interesse político global pela preservação da Amazônia, a relutância na difusão de uma filosofia de corresponsabilização pelo combate às mudanças climáticas e a negação do compartilhamento dos serviços ecossistêmicos planetários prestados pela floresta de pé. O fracasso de Yasuní marcou, sobretudo, o não reconhecimento da dívida histórica dos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento, poluidores marginais.

O fiasco do projeto, associado à dependência das receitas petrolíferas, intrínseca às economias extrativistas, impediu que o Equador avançasse na agenda climática. Hoje,

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível

em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/licoes-do-equador-para-o-impasse-climatico-no-brasil.ghtml>

Acessado em 08.10.2024

<sup>2</sup> Pesquisadora de doutorado do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ.

mais de 10 anos após o fim do projeto, a fotografia do país não traz alento, haja vista o panorama local, permeado por conflito, violência, instabilidade política e déficit fiscal. Esse cenário reforça a tese de que as receitas advindas da atividade petrolífera não podem ser compreendidas como sinônimo de progresso econômico e humano, sobretudo em regiões caracterizadas por aguda desigualdade econômica e fragilidades institucionais.

Tal estrutura sistêmica se repete em outros países em desenvolvimento, dependentes de recursos fósseis, a exemplo do Brasil. Caracterizados pela dependência de recursos financeiros oriundos da atividade petrolífera, esses Estados também carecem de um arcabouço institucional necessário para conduzir uma diversificação econômica eficaz e justa, utilizando as receitas fósseis. Em última análise, essa armadilha (também chamada de carbon entanglement) aprisiona as economias a atividades extrativistas e carbono intensivas, ao mesmo tempo em que afeta a capacidade global de avançar em uma transição justa e para longe dos combustíveis fósseis.

Desde o advento do projeto Yasuní muita coisa mudou. Hoje as mudanças climáticas não são mais uma perspectiva do futuro, mas uma urgência do presente. Não se trata somente de mitigação, mas de adaptação e resiliência. A emergência virou urgência e o Brasil enfrenta desastres ambientais sem precedentes: secas, enchentes e incêndios. Estamos encurralados em orçamentos de carbono mínimos para manter o mundo abaixo do aquecimento de 1,5°C e descarbonizar é um imperativo categórico.

Soma-se a esse contexto de urgência o risco de apostarmos em um cavalo manco. Isso porque, com a transição energética, o petróleo tende a perder competitividade frente a novas fontes de energia renovável que ficam cada vez mais baratas. As trajetórias de descarbonização indicam preços futuros de petróleo que podem impactar a economicidade de produção em muitas fronteiras de produção e exploração.

Apesar das novas condições de contorno, é surpreendente que a discussão sobre a produção de petróleo na Foz do Amazonas enfrente os mesmos desafios. Mais grave ainda é pautar essa discussão pelos mesmos argumentos de Yasuní, projeto que, apesar de trazer uma proposta inovadora e alinhada com os conceitos da interdependência climática global, fracassou. Mas precisamos estar atentos a uma grande lição: definir a agenda energético-climática motivados pela necessidade das receitas geradas pela atividade petrolífera não funcionou no passado e tampouco funcionará agora. Seremos mais um episódio da maldição dos recursos.

A janela temporal de 2025 apresenta desafios, mas também grandes oportunidades para a política ambiental brasileira. Não seriam a urgência climática, a crise do multilateralismo e a necessidade de reforma da arquitetura financeira internacional motivos suficientes de reconciliação entre a comunidade global e as premissas subjacentes ao projeto Yasuní, só que em terras brasileiras?

Enquanto a COP29 discutirá volumes e mecanismos de financiamento climático, a COP30, em Belém, trará o tema da preservação das florestas tropicais. Está posto, portanto, a intersecção perfeita para apresentarmos ao planeta mecanismos de financiamento que permitam não só manter a floresta de pé, mas também deixar no subsolo os recursos da Foz do Amazonas. A comunidade global precisa ser parte desse processo de deliberativo e se redimir de erros do passado.

Assim, seria possível alinhar as demandas de preservação à pressão fiscal sem conduzir uma decisão brasileira, mas crucial para o futuro de todos por argumentos ineficazes e de curto-prazo. É preciso ter coragem e ambição para escolhas transformadoras, que promovam mudanças estruturais e posicionem o Brasil como uma liderança legítima.